

EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE: UMA FERRAMENTA NO COMBATE A EROTIZAÇÃO DOS CORPOS INFANTIS

Elen Raylen Silva¹

Katia Batista Martins²

Fabio Pinto Gonçalves dos Reis³

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é retratar como a educação para sexualidade pode contribuir para o enfrentamento da erotização de corpos infantis. Além disso, auxiliar famílias e professores/as, na educação para a sexualidade da criança em relação a ações de erotização infantil. Possui um delineamento bibliográfico e de revisão de literatura com caráter descritivo e qualitativo, ao passo que pretendeu analisar as produções acadêmicas dentre as décadas de 1990 a 2020 que tratam da temática, a saber: erotização dos corpos infantis considerando a educação para sexualidade. A estratégia de busca foi realizada por meio de revistas eletrônicas e de bases de dados, nomeadamente: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Google Acadêmico e artigos científicos já publicados envolvendo autores e autoras, tais como Keli Andréa Vargas Parteno, Jane Felipe e Bianca Salazar Guizzo. Recorreu-se ao auxílio de livros que abordam o tema em tela tais como: ‘História social da Criança e da Família’ de Philippe Ariés e ‘O Desaparecimento da Infância’ de Neil Postman. O estudo mostrou que a mídia exerce influências significativas sobre as crianças. A exposição a cenas eróticas pode estimular e contribuir para o processo de adultização e erotização, com as quais elas não estão aptas a entender pela imaturidade, o que pode causar danos e consequências definitivas. Pode-se compreender que a educação para sexualidade é de suma importância no combate a erotização infantil, pois estimula a criticidade das crianças em relação ao que a mídia transmite.

Palavras-chave: Erotização de corpos infantis. Educação para sexualidade. Infância.

¹ Graduanda/o do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: elen.silva@estudante.ufla.br

² Mestra em Educação pela Universidade Federal de Lavras – UFLA. Professora no Núcleo de Educação da Infância Nedi/ UFLA. Integra o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Infâncias e Educação Infantil (Nepi), e o grupo de Pesquisa Relações entre Filosofia e Educação para a Sexualidade na Contemporaneidade: a problemática da formação docente (Fesex). E-mail: katia.bmartins@ufla.br.

³ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professor associado do Departamento de Educação Física da UFLA. Coordena o grupo de Pesquisa Relações entre Filosofia e Educação para a Sexualidade na Contemporaneidade: a problemática da formação docente (Fesex) e integra o grupo de Pesquisa sobre formação docente em Educação Física (GEFORDEF). E-mail: fabioreis@ufla.br.

1 Introdução

Ao ponderar a respeito da condição infantil, faz-se necessário refletir sobre o entendimento do que vem a ser criança. Perante o senso comum surgem substantivos como inocência, ingenuidade, angelical, entre outros, atrelados ao conceito de criança, fazendo parte do imaginário dos indivíduos no interior de diferentes sociedades.

Já se sabe que a infância é a fase mais importante na vida de uma pessoa, pois é nessa fase que a maior parte do desenvolvimento físico e psicológico acontecem, e isso envolve mudanças de comportamento e aquisição de personalidade (BEE, 1997, *apud* BREI; GARCIA e STREHLAU, 2008).

Durante os séculos XII e XIII as crianças eram consideradas mini adultas e eram tratadas como tal, visto que exerciam praticamente os mesmos papéis que os adultos dentro da sociedade. Segundo Angelica Cristina Henick e Paula Maria Ferreira de Faria (2015), foi a partir do século XV que a criança começa a ter um olhar diferenciado dos adultos, mas somente durante os séculos XVI, XVII e XVIII é que a concepção de infância toma outra forma e as famílias passam a entender a criança como um ser único, que merece atenção, afeto, cuidados e respeito. A partir de então, nos próximos séculos a criança começa a ser vista com a devida importância pela sociedade. O autor Philippe Ariés relata sobre como passou a ser o sentimento de infância durante os séculos XIX e XX:

Trata-se de um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ARIÉS, 1981, p.12).

A infância contemporânea é muito diferente das experiências históricas de décadas atrás. A criança ganhou um olhar mais atento da sociedade, mas apenas no final da década de 1980 conquista reconhecimento social e torna-se cidadã de direitos conforme a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 227 diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, s.p).

Porém, existem muitas adversidades no dia a dia que podem colocar tais direitos em risco. O fácil acesso às tecnologias, as redes sociais, os meios de comunicação em massa e todo um ambiente de informação do mundo adulto, que estão ao alcance das crianças, faz com que as empresas pensem nelas como seres que também consomem.

Com isso surgem propagandas publicitárias, músicas, dentre outros aparatos culturais focados no público infantil e que nem sempre são adequados para a faixa etária em questão, pois podem causar uma perigosa erotização de imagens infantis e promoverem de forma sexualizada o consumo dos corpos infantis.

Segundo Manuel Jacinto Sarmiento (2003, p. 3-4), o imaginário da criança em relação ao mundo real é diferente do imaginário do adulto, por ela ser um ser ainda em desenvolvimento, “[...] entende-se a capacidade das crianças em constituírem de forma sistematizada modos de significação do mundo e de acção intencional, que são distintos dos modos adultos de significação e acção”. O autor retrata que a indústria direcionada para o público infantil produz com a intenção de ganhar a empatia das crianças a partir do seu imaginário, pois o produto causará um valor simbólico para elas, porém a criança não é um ser apenas passivo, ela interpreta e cria com base nas mensagens disponíveis pela mídia.

Quando a mídia reproduz algo com fundos erotizados para o público infantil pode incentivar as crianças a imitarem e/ou reproduzirem certos comportamentos como relata Adriana de Oliveira Gonçalves Figueiredo et al:

Pelo fato de as crianças manterem um contato diário com a televisão e assistirem, frequentemente, por influência dos pais, a programas voltados para o público adulto, como, novelas, filmes, reality show e programas de auditório, que apresentam mulheres sensuais com gestos e comportamentos extremamente erotizados, elas são cada vez mais influenciadas, o que acarreta mudanças no modo de vestir, no uso da linguagem, assim como atitudes e comportamentos inapropriados para a faixa etária [...] (FIGUEIREDO, et al, 2009, p.66).

A criança está exposta a influências em todos os momentos e de todos os ambientes. Como um ser humano em construção que é, ela observa e absorve tudo a sua volta, tanto de sua convivência familiar, quanto das mídias que é lhe dado o acesso. Desta forma, quando a criança é apresentada a conteúdos impróprios a sua faixa etária e que demonstram cenas erotizadas ela absorve, interpreta e reproduz.

Essa erotização pode causar sérias consequências para a vida das crianças, pois elas não estão aptas a entenderem a amplitude da situação, segundo Amanda Paulino Alves:

O erotismo infantil pode ser avaliado como fenômenos de acionamento de impulsos sexuais em que, na maioria das vezes, se dá de forma inadequada

para a idade, o qual traz consequências que prejudicam diretamente o desenvolvimento psicológico da criança (ALVES, 2019, p.10).

Aline Magalhães Montes (2017) relata algumas consequências que podem acontecer na vida das crianças principalmente das meninas, em relação ao erotismo infantil:

ao ser induzida a desenvolver algo que seu corpo e sua mente não estão preparados, ela além de perder o tempo que aproveitaria de sua infância, poderá carregar problemas que terão repercussão por toda a sua vida como gravidez precoce, distúrbios alimentares, problemas de auto-estima decorrentes da auto-imagem, etc (MONTES, 2017, p.183).

Grande parte da rotina de uma criança se passa dentro do ambiente escolar, o que torna a escola uma ferramenta imprescindível ao enfrentamento da erotização infantil. Atualmente, muitos são os debates entre familiares, professores, médicos, órgãos governamentais em relação à educação para a sexualidade. Muitos acreditam que ao falar sobre sexualidade estará remetendo ao sexo, entretanto, esta palavra pode se referir a outras formas de busca do prazer que não esteja relacionada aos órgãos genitais. A sexualidade faz parte do ser humano, ela é relativa e se forma a partir de experiências vividas. Embora a sexualidade seja conceituada pelo senso comum, como algo biológico e natural no qual já nascemos prontos, a Organização Mundial da Saúde, segundo a autora Vera Lúcia do Amaral, diz que:

Sexualidade é um aspecto central do ser humano durante toda sua vida e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem todas são sempre experimentadas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, cultural, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2007 *apud* AMARAL, 2007, p. 3).

A sexualidade infantil é expressa no contexto escolar, por meio de brincadeiras, jogos, e conversas sobre o tema. A educação para a sexualidade, como aponta Katia Martins (2015, p. 106),

Assumindo um referencial que engloba os estudos feministas e os estudos culturais, o termo educação para as sexualidades amplia as fronteiras para se discutir questões referentes às sexualidades (e também das relações de gênero). “Educar nas temáticas de gênero e sexualidades, não requer explicações, aulas sobre o assunto, mas requer a atenção para as marcas das submissões dos corpos, tanto de meninos quanto de meninas e o quanto educadoras/es compactuam ou não com isso! Ou tentam fazer diferente e diferença” (RIBEIRO, 2014, p. 3). [Desse modo, a educação para a sexualidade], abarca o respeito mútuo, a prevenção, o prazer, o acolhimento, o cuidado com o próprio corpo, as violências sexuais, novas possibilidades, experiências diferenciadas, a intencionalidade no e do fazer pedagógico, a arte, a música, o cinema, entre outros aspectos e, aparatos culturais como

disparadores de discussão. Enfim... são muitas as possibilidades de pensar processos educativos que abarquem essa discussão.

Assim, a educação para a sexualidade no contexto escolar visa também ouvir as crianças, oportunizando espaços de fala, problematizando as relações de poder decorrentes das diferenças sexuais, de gênero, sanando as suas curiosidades sobre a sexualidade humana, bem como questionando a utilização da infância como alvo e objeto de consumo, como nas diversas propagandas em que a criança é colocada como um corpo erotizado a ser consumido.

Além do mais a educação para sexualidade auxilia no conhecimento de seu corpo; na autoestima; no respeito e orientação as crianças sobre as expressões da sexualidade que surgem na infância; o esclarecimento de curiosidades sobre o tema; na reflexão sobre as questões de gênero, bem como educar para o respeito à diversidade; promover a autonomia e o empoderamento sobre o próprio corpo; a autoproteção e a prevenção da violência sexual infantil. Assim, a educação para sexualidade trata a criança como sujeito de direitos, começando pelo direito à informação e direito ao próprio corpo.

Perante isto, foi definido o objetivo geral da pesquisa que é retratar como a educação para sexualidade pode contribuir para o enfrentamento à erotização de corpos infantis. Para alcançar o objetivo geral foi levantada a seguinte questão norteadora: A educação para sexualidade no âmbito escolar pode ser um agente no combate a erotização de corpos infantis? E para resolver este impasse foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Analisar por meio de revisão bibliográfica, como a mídia influencia na erotização de corpos infantis e b) Analisar por meio de outros estudos publicados, como a educação para sexualidade, no âmbito escolar, pode auxiliar no combate a erotização de corpos infantis.

A pesquisa pretende auxiliar famílias e profissionais e professores/as na educação para a sexualidade da criança em relação a ações de erotização infantil.

2 Caminhos metodológicos:

A proposta desse Trabalho de Conclusão de Curso foi efetivada por meio de um delineamento de pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, de caráter descritivo e qualitativo, que consiste em selecionar, analisar e escrever um texto coeso com base em materiais de cunho científico relacionados à determinada temática. Para Neusa Dias de Macedo (1994), pesquisa bibliográfica em seu conceito restrito é:

[...] a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia,

artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final) (MACEDO, 1994, p. 13).

Para a autora, a pesquisa bibliográfica é a primeira etapa de qualquer tipo de pesquisa científica, tendo em vista que a “revisão bibliográfica” ou “revisão de literatura” consiste numa espécie de “varredura” do que existe sobre um assunto, bem como, o conhecimento dos autores que o abordam, a fim de que o estudioso não “reinvente a roda”! (MACEDO, 1994, p.13).

Foram utilizados os seguintes descritores para a busca de artigos que condizem com o tema de pesquisa: “erotização de corpos infantis”; “educação para sexualidades” e “infância”. Para tanto, foram utilizadas revistas eletrônicas e artigos científicos de autores e autoras, tais como Keli Andréa Vargas Parteno (2011), Jane Felipe e Bianca Salazar Guizzo (2003), dentre outros. Os materiais selecionados para serem analisados foram publicados nos últimos 30 anos, sendo que a busca foi realizada nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Google Acadêmico. Recorreu-se ao auxílio de livros que abordam o tema em tela tais como: ‘História social da Criança e da Família’ de Philippe Ariés e ‘O Desaparecimento da Infância’ de Neil Postman.

Ao realizar a seleção de artigos para o embasamento do estudo foi possível notar que as pesquisas na área ainda são escassas. A seleção dos artigos foi realizada da seguinte maneira: para o seguinte descritor “erotização de corpos infantis” foram encontrados 10 artigos com relação ao objeto de estudo; para o descritor “educação para sexualidade” foram encontrados 7 artigos e para o descritor “infância” foram encontrados 11 artigos. Logo após, foram analisados os resumos dos artigos pinçados na primeira etapa e escolhidos para leitura do artigo na íntegra. A partir disso, desenvolvemos uma análise temática dos manuscritos e estabelecemos tais categorias interpretativas.

Segundo Luciana Karine de Souza (2019, p. 52), análise temática “é um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos”. Para a autora é a partir da análise temática que se consegue o máximo de informações em relação aos dados da pesquisa, e que se consegue uma análise interpretativa deles.

Nesse sentido, o estudo em tela analisa de forma qualitativa o material empírico pesquisado, na busca por respostas a partir da problemática levantada, podendo também produzir outras perguntas nesse percurso metodológico.

3 Referencial teórico

Ao longo dos anos o conceito de infância e o entendimento relacionado a esta etapa da vida, se modificaram. Houve tempos em que o fato de ser criança não manifestava nenhuma importância para a sociedade adulta, e essa era vista apenas como uma miniatura do adulto, porém, não possuía capacidade de pensamento próprio e personalidade.

Para Áries (1981) a ausência do sentimento de infância na Idade Média tem como motivo o desinteresse por uma etapa da vida, por ela ser supostamente insignificante, uma vez que não se acreditava que as crianças possuíam personalidade como os adultos. Havia um alto índice de mortalidade infantil e isso não afetava os mais velhos.

Ainda conforme Áries (1981), até o século XV a criança era um ser de pouca ou nenhuma importância para o adulto, somente a partir daí que ela começa a aparecer em retratos de família ao lado dos pais com demonstração de afeto e carinho. É a partir deste momento que as famílias passam a entender a criança como um ser único que merece carinho, atenção, cuidados e respeito. Essa concepção de infância ganha maior significado durante o século XVI trazendo a idéia de que a criança é um ser puro, frágil, e inocente (REIS *et al*, 2014). Nessa direção Felipe e Guizzo (2003, p. 123), apontam a partir do século XVIII:

[...] o conhecimento produzido sobre a infância a partir do século XVIII, suas características e necessidades, foi consolidando aos poucos a ideia da criança como sujeito de direitos, merecedora de dignidade e respeito, devendo ser preservada a sua integridade física e emocional.

Segundo Reis (et al, 2014), atualmente a infância é compreendida a partir de uma construção histórica, se estabelecendo com base na sociedade em que a criança vive, com sua cultura e costumes, seus valores, tradições e a realidade socioeconômica.

A infância precisa ser compreendida como uma etapa da vida em si, e não a preparação para algo futuro. A criança, por mais que seja dependente, sem o domínio completo da linguagem formal, sem uma coordenação motora aperfeiçoada, é um ser em construção de saberes e um sujeito de direitos tanto quanto um adulto. Nesse sentido, Hamilton Elias Barbosa (2007), refere-se à criança não somente como um ser em menor idade e estatura, mas sim um ser que deve ser compreendido, além de sua fragilidade. Para ele, é a partir disso que se pode entender a infância, de tal modo que:

O entendimento de uma infância se dá por um sentimento de fragilidade quanto ao ser menor de idade de estatura, não se limitando mais somente a idade do ser mais em sua forma frágil de ser, e sim uma criança que fora

construído a partir de critérios para se perceber está, que ainda se encontra no imaginário artístico e religioso (BARBOSA, 2007, s.p).

Vinicius Andrade Brei; Luciana Burnett Garcia e Suzane Strehlau (2008, p. 99) conceituam a infância como “uma fase da vida que vai desde o nascimento até aproximadamente o décimo segundo ano de vida”. Essa conceituação vai ao encontro com o que diz o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos [...]” (BRASIL,1990, p.13).

Segundo o artigo 3º Do ECA, toda criança e adolescente tem direito ao “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL,1990 p. 13). Contudo, com os avanços tecnológicos e midiáticos, surgem ações e situações que reverberam diretamente na infância e interferem no desenvolvimento das crianças, gerando a adultização precoce e fazendo com que elas pulem uma etapa importantíssima da vida que é a infância, na qual a única preocupação deve ser o brincar, o conviver socialmente, além de algumas atividades escolares e esportivas básicas (MENEZES, 2016).

O ato de adultizar uma criança caracteriza-se pelo fato de inserir na vida desta, aspectos do mundo adulto que não cabem a infância. A mídia se mostra como uma das responsáveis por inserir na vida das crianças um ritmo da vida adulta, gerando responsabilidades e preparação para um futuro profissional (SANTOS; SILVA; SANTOS, 2009 *apud* MENEZES, 2016).

Segundo (BORSA, 2007 *apud* BREI, GARCIA e STREHLAU, 2008, p. 102), “no lugar da criança, hoje se encontra um miniadulto superinformatizado e, principalmente, meninas-mulheres, que frequentam salões de beleza, dançam funk e usam sapatinho de salto alto”. Para Neil Postman (1999), quanto mais a criança obter conhecimento e o acesso às informações, menor será a distancia da infância para o mundo adulto.

A prática de adultização de uma criança é prejudicial a ela, pois esta não está preparada para as vivências do mundo adulto, ao passo que não possui capacidade para discernir os jogos de publicidade que a mídia realiza para influenciar o consumo e gerar lucro.

Segundo Keli Andréa Vargas Parteno:

[...] além da restrição do conhecimento, devido à pouca idade, as crianças apresentam pouca, ou nenhuma, característica física própria dos adultos, que são os que tem poder para instigar comportamentos repetitivos associados a uma indústria do prazer com objetivo/fim relacionado ao lucro (PARTENO, 2011, p.23).

Muitas vezes as crianças são atraídas por objetos dos quais fazem parte do mundo adulto, tais como celulares, computadores, carros, e acabam por pensar que ser adulto é o melhor para elas (PARTENO, 2011). O fácil acesso das crianças aos meios de comunicação em massa faz com que sejam alvo de propagandas publicitárias que podem estar carregadas de informações erotizadas. Para Figueiredo et al (2009):

[...] a criança é estimulada através de imagens e mensagens a uma sexualidade adulta, quando ainda não tem condições de assimilá-la adequadamente, o que pode trazer prejuízos significativos ao seu desenvolvimento psíquico e emocional de forma gradativa e talvez irreversível (FIGUEIREDO et al, 2009, p. 63).

A mídia utiliza de recursos para atrair a atenção dos espectadores e estimular o consumismo. Segundo (BEE, 1997 *apud* BREI; GARCIA; STREHLAU, 2008, p. 100) as crianças “são mais receptíveis à propaganda, uma vez que suas estruturas estão em formação e elas são mais sensíveis às influências externas”, por efeito se tornam alvo fácil para o jogo de marketing das propagandas publicitárias.

Paterno (2011, p. 22-23), conceitua erotização como o “estímulo para produzir ou provocar comportamentos próprios ao consumo das crianças [...]”. Porém a grande maioria dos produtos que são expostos nas propagandas são característicos do mundo adulto, como algumas roupas íntimas e sapatos de salto alto (BREI; GARCIA ; STREHLAU, 2008).

Além de inserir às crianças ao mundo dos adultos, os recursos midiáticos fomentam uma preocupação em relação ao pleno desenvolvimento da criança no que se refere a erotização dos corpos infantis (ARAÚJO ;TEIXEIRA, 2016). Segundo Alves (2019, p.10), “O erotismo infantil pode ser avaliado como fenômenos de acionamento de impulsos sexuais em que, na maioria das vezes, se dá de forma inadequada para a idade, o qual traz consequências que prejudicam diretamente o desenvolvimento psicológico da criança.” E ainda, segundo a autora, “Usada pelos gregos, a palavra eros é um substantivo masculino que se refere à paixão aplicada ao desejo sensual e ao amor, podendo significar uma representação explícita da sexualidade.”

A erotização infantil é nociva para a criança, na medida em que prejudica seu processo de desenvolvimento e a expõe a experiências com as quais ainda não está preparada para lidar ou mesmo se defender. Parteno relata que:

As crianças ainda não possuem condições para lidar com o coito, o ato sexual que é próprio do adulto, principalmente pela imaturidade infantil e por estar ligado à reprodução. O sujeito em formação ainda não possui conceitos elaborados para promover a análise crítica da possível indução de

um comportamento sexualizado, principalmente quando este estiver atrelado a fatos comercializáveis (PARTENO, 2011, p. 23).

Desse modo, a educação para a sexualidade no âmbito escolar torna-se uma ferramenta que colabora para o enfretamento da erotização de corpos infantis. Teorias freudianas apontam que a sexualidade perpassa o aspecto genital e que ela está presente na vida do ser humano desde seu nascimento (SENATORE; RIBEIRO, 2001, *apud* REIS et al, 2014).

A criança possui, desde o princípio, o instinto e as atividades sexuais. Ela os traz consigo para o mundo, e deles provém, através de uma evolução rica de etapas, a chamada sexualidade normal do adulto. Não são difíceis de observar as manifestações da atividade sexual infantil; ao contrário, deixá-las passar despercebidas ou incompreendidas é que é preciso certa arte. (FREUD, 1996, p. 53, *apud* REIS et al, 2014, p. 640).

Para definir a educação para sexualidade Cristina Monteggia Varela e Paula Regina Costa Ribeiro ressaltam que “pensar na constituição do conceito de, Educação para a Sexualidade está, de certa forma, diretamente ligado com a forma como compreendemos a sexualidade e os processos desenvolvidos pela educação” (2017, p.16). As autoras ainda ponderam que:

A “Educação para a Sexualidade” propõe-se a pensar a sexualidade como uma construção histórica e cultural, pautada em relações de saber-poder, relativizando os discursos dados como verdades absolutas – permitindo, assim, questionarmos os discursos ditos como verdades, problematizando práticas e conhecimentos dados como naturais. Dessa forma, ampliamos o espaço de discussão da sexualidade no campo da educação, passando assim a acionar outros elementos como prazeres, desejos, erotismo, a produção das identidades (VARELA; RIBEIRO, 2017, p.18).

4.1 A Erotização e Objetificação do Corpo- reflexões sobre a sociedade patriarcal e a influência midiática

Michel Foucault realizou vários estudos em relação ao corpo e o controle dele. Em seu livro “Vigiar e Punir” o autor busca compreender como o corpo foi entendido, valorizado e dominado ao longo dos tempos. Para ele o saber dos corpos não percorre pelo funcionamento biológico e sim por algo que é denominado tecnologia política do corpo.

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político

cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física (FOUCAULT, 1987, s.p).

Em relação ao poder existem mecanismos e práticas que possuem o propósito de controle dos corpos. O autor relata que a tecnologia política dos corpos impõem formas de agir no ser humano.

O poder exercido sobre corpos e sobre uma sexualidade, e que podemos analisar no cotidiano principalmente na mídia, é espelho de um patriarcado que se manifesta na sociedade há um longo período. Segundo Romilda Sérgia de Oliveira (2018, p. 501) “o patriarcado é um conceito utilizado pela ciência política e pela sociologia”. O patriarcado refere-se a uma forma originária de dominação, que consiste na “possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria” (WEBER, 1991, p. 187 *apud* Oliveira 2018 p. 501).

Sendo assim, a autoridade do pai que é o chefe da família sobrepõe-se aos demais membros desta. Ao exercer o patriarcado o pai tem autoridade sobre os outros membros da família para estabelecer comportamentos de tais, que podem sofrer punições em caso de se negarem a cumprir, o que foi estabelecido.

O poder patriarcal aferiu ao homem o direito de uso do corpo da mulher. Até mesmo nos dias atuais isso persiste, muitas mulheres se sentem obrigadas a manterem relações sexuais com seus parceiros para cumprirem o dever conjugal (OLIVEIRA, 2018).

O patriarcado continua muito presente no cotidiano atual, apesar de as mulheres terem conquistado muitos direitos. Com o passar dos anos ainda as vemos recebendo salários inferiores aos dos homens, apesar de muitas vezes estarem mais bem preparadas que eles para exercer as mesmas funções no trabalho. Outro caso de controle sobre os corpos é o de feminicídio que é o homicídio contra a mulher, pelo fato de ela ser mulher.

Desde bem pequenas, as meninas recebem regras as quais precisam seguir para prevenir sua inocência, tais como fugir dos olhares de homens, quais são as roupas adequadas para se usar e nunca se sentar no colo de um homem. No entanto, por outro lado, as mesmas meninas são bombardeadas com informações, principalmente, publicitárias que lhes mostram outra realidade. Oliveira (2018) apresenta isso de forma clara

[...]Contudo, estas mesmas meninas estão diante de uma cultura que lhes apresentam um modelo estético de mulher, que para ser bela é preciso ter um corpo magro, curvilíneo, que tenham seios definidos, bumbum avantajado,

barriga lisa (atualmente considerada barriga negativa), pernas longas e definidas. Os padrões de corpos apresentados são constantemente mostrados pela mídia através das novelas, campanhas publicitárias, mídia impressa e são consideradas como modelo de saúde. Padrões considerados inalcançáveis pela maioria das mulheres, o que as coloca em constante insatisfação com o próprio corpo. São corpos que estão constantemente expostos, oferecidos com e/ou como produtos pela publicidade. Imagens de corpos que reforçam as exigências estéticas, consideradas como ideal a ser alcançado pelas mulheres (OLIVEIRA, 2018, p. 504).

Muitas propagandas publicitárias utilizam a imagem da mulher para influenciar a venda de produtos, como cervejas, perfumes, veículos, etc. Assim, a mídia faz o uso da erotização e sedução para despertar o desejo e, conseqüentemente, o consumo, gerando a ilusão de que se o consumidor possuir tal produto terá acesso a tal modelo de mulher. São pensamentos e mensagens patriarcais e machistas que colocam a mulher como objeto de troca.

Ana Paula Oliveira Barros (2018, s.p) relata que, as imagens mostradas nas propagandas publicitárias “como qualquer outra prática social, organizam o imaginário ligado à mulher, sendo, então, um campo importante quando se trata de questionar relações de poder e de combater mecanismos de perpetuação da dominação masculina”. A autora ainda diz que:

As imagens, sendo elas uma forma de discurso, contribuem para a sedimentação e legitimação de práticas sociais concretas por possuírem a capacidade de mostrar um mundo social do qual elas próprias emergem e que, em si, funciona de acordo com aqueles mecanismos. Assim, as imagens nos dizem como devemos nos comportar, como devemos tratar a aparência, como devemos esperar ser vistos e tratados pelos outros (BARROS, 2018, s.p).

Com isso percebe-se que as imagens estabelecem e produzem formas de pensar o feminino, e que o corpo da mulher sempre foi alvo de controle em condição de erotização, desqualificação de sua sexualidade e estigmatização na condição de objeto de prazer e satisfação do homem. A sociedade machista e patriarcal vem há anos desvalorizando as mulheres. Aos homens, é legitimado o poder, controle, e uso do corpo da mulher como objeto para sua satisfação (OLIVEIRA, 2018).

Segundo Gabriela Bolson e Daniela Richter (s.a, p.2), “Objetificar, por sua vez, é enxergar como objeto aquilo que naturalmente não o é”. Conforme as autoras, com a objetificação do corpo feminino, a mulher em vez de um ser humano passa a ser vista como objeto.

Torna-se ainda mais preocupante o fato de que a cultura machista não erotiza e objetifica somente o corpo da mulher lhe causando vários danos à saúde física e psicológica, como a falta de autoestima, anorexia, ansiedade, etc. A mídia também usa o corpo infantil

como objeto para satisfazer interesses e para a indução ao consumo, gerando sérios riscos ao desenvolvimento da criança e furtando-lhe a sua infância. Segundo Fellipe e Guizzo (2003, p.120), “É possível verificar que a representação de pureza e ingenuidade, suscitada pelas imagens infantis veiculadas pela mídia, tem sido substituída por outras extremamente erotizadas, principalmente em relação às meninas”. Para as autoras, a mídia descobriu a criança como consumidora, porém, também como objetos a serem consumidos.

Uma série de artefatos são produzidos direcionados para o público infantil e aparecem em propagandas publicitárias, dentre eles brinquedos, roupas, calçados, produtos de higiene e limpeza, alimentos, livros e acessórios. Esses artefatos possuem um valor simbólico, que influencia na forma com a qual as pessoas recebem e interpretam a informação. Com isso, a mídia possui uma relação com o processo de construção de comportamentos, ideias e valores, das crianças e acabam sexualizando-as mediante matérias sobre moda e beleza, por exemplo, em que se enfatiza a preocupação com o corpo infantil.

A televisão, como um dos maiores meios de comunicação social, é um dos principais estimulantes no processo de erotização infantil, pois atinge as crianças, a todo o momento, com uma sexualidade adulta que elas ainda não estão preparadas para absorver, pela sua imaturidade como nos afirma Reis et al:

o mundo infantil vai sendo invadido por inúmeras mídias, encontrando, principalmente, na televisão, com os seus desenhos, filmes, programas e comerciais, grande alcance a aceitação pelas crianças e seus familiares, devido seu caráter sedutório e de fácil acesso na atualidade (REIS et al, 2014, p. 642).

Muitas vezes por possuírem contato com a televisão e por influência das famílias as crianças têm acesso a programas voltados para o público adulto como, reality shows e novelas, que transmitem mulheres sensuais com comportamentos erotizados, o que pode influenciar no comportamento das crianças.

Figueiredo et al. (2009) também relata que muitos programas televisivos trazem mulheres desnudas, em poses e danças sexuais que, estão possivelmente sujeitos a serem imitados pelas crianças. Isso pode gerar mudanças no modo da criança se vestir e a maneira dela falar, o que passa, muitas vezes, despercebido, ou não, pelos pais e responsáveis.

No entanto, não é somente através da televisão que os comportamentos infantis podem ser influenciados. Estamos vivendo na era da tecnologia. Por isso, é cada vez maior a participação de crianças e adolescentes interagindo no mundo virtual, através de redes sociais como Facebook, Instagram, Youtube e o queridinho do momento o Tiktok. São plataformas

que usadas inadequadamente podem instigar as crianças a comportamentos negativos. Pois, as crianças podem ser influenciadas a usarem roupas, calçados e acessórios que aparecem na mídia. A influencia pode acontecer negativamente também na forma de expressão da criança, que deseja imitar comportamentos e vocabulários no qual está tendo acesso, e que muitas vezes não são adequados para a idade em questão.

A infância está sendo substituída por uma projeção da vida adulta e evidenciamos esse processo através da análise de canais do YouTube, onde são encontrados diversos vídeos com crianças ensinando a outras sobre maquiagens, moda e beleza. O que nos remete a outro processo: a erotização infantil (NUNES; ARAÚJO, 2016, p. 174).

Nota-se assim que a mídia tem uma poderosa influência em relação a disseminação das sexualidades e, sobretudo, a erotização infantil através das ideias de sexualidade transmitidas através de seus conteúdos.

4.2 A Educação para Sexualidade no Combate a Erotização de Corpos Infantis

Atualmente muitos são os debates entre familiares, professores, médicos, órgãos governamentais, em relação à educação para a sexualidade. Muitos acreditam que ao falar sobre sexualidade estará remetendo ao sexo, entretanto, esta palavra pode se referir a outras formas de busca do prazer que não esteja relacionada aos órgãos genitais. A sexualidade faz parte do ser humano, ela é relativa e se forma a partir de experiências vividas. Embora a sexualidade seja conceituada pelo senso comum, como algo biológico e natural no qual já nascemos prontos, Guacira Lopes Louro afirma que:

No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza (LOURO, 2000, s.p).

A sexualidade é demonstrada através de ações, gestos, comportamentos, o que demonstra que ela transpassa o aspecto biológico, pois envolve emoção, afeto e o imaginário. A sexualidade é única de cada sujeito e é expressa através do corpo. (FRISON, 2008, p.2). “A sexualidade pode ser vista como a base da curiosidade, a força que nos permite elaborar e ter idéias, bem como o desejo de ser amado e valorizado à medida que aprendemos a amar e a valorizar o outro” como aponta Deborah Britzman, (1998, p.162 *apud* FRISON, 2008, p.2).

Na infância as crianças se voltam para a descoberta do próprio corpo e esse processo deve acontecer de forma natural e gradual. Sobre isso, Freud pondera que:

a criança possui, desde o princípio, o instinto e as atividades sexuais. Ela os traz consigo para o mundo, e deles provém, através de uma evolução rica de etapas, a chamada sexualidade normal do adulto. Não são difíceis de observar as manifestações da atividade sexual infantil; ao contrário, deixá-las passar despercebidas ou incompreendidas é que é preciso certa arte (FREUD, 1996, p. 53, *apud* REIS et al, 2014, p.637).

As crianças recebem uma gama enorme de informações sobre sexualidade, transmitidas pelos meios de comunicação, através de propagandas, outdoors, programas infantis, programas de auditório, filmes, novelas, etc. “É só acessar a televisão ou a Internet e, rapidamente, as crianças recebem os mais variados estímulos direcionadas às questões de sexo e de sexualidade” (FRISON, 2008, p.3). A questão é que elas ainda não estão preparadas para compreender o que está sendo transmitido a elas.

Cenas com fundo sexuais podem gerar a erotização infantil, visto que as crianças podem imitar certos comportamentos, nos quais presenciam e se faz necessário que elas sejam instruídas em relação a isto. Lourdes Maria Bragagnolo Frison diz que:

Pais e professores têm dúvidas sobre como agir, pois acreditam que, debatendo o assunto, podem influenciar a criança ou despertar curiosidades inoportunas. Um considerável grupo de educadores ainda acredita que a educação sexual, na escola, deve restringir-se a informações sobre fisiologia, anatomia, aparelho de reprodução e por isto ser de responsabilidade dos professores de Biologia (FRISON, 2008, p.4).

Para mostrar que este pensamento de alguns familiares e educadores está equivocado a autora destaca que:

A educação sexual tem início nos primeiros contatos da mãe com o bebê, na forma e na qualidade de sua relação com ele, ao dar-lhe carinho, amor e alimento, e no tempo que dispõe para isto. O ser humano, ao se desenvolver, recebe significativa influência da família, decorrente de orientações, informações, repressões, recomendações e carinhos (FRISON, 2008, p.5).

Como o ambiente escolar é onde a criança passa a maior parte do dia, faz com que a escola seja um ambiente de aprendizado também em relação à sexualidade, e se torne uma ferramenta no combate à erotização infantil, pois é uma instituição voltada para a educação e onde a criticidade pode ser estimulada em relação às influências midiáticas, que na grande maioria das vezes são nocivas ao desenvolvimento das crianças.

Essa criticidade que os/as professores/as devem estimular nas crianças em relação a tudo o que leem e veem da mídia devem estar dentro do contexto da educação para sexualidade, que é uma área do conhecimento de suma importância em que a criança pode sanar suas dúvidas e curiosidades.

Existe a educação sexual realizada pela família, pela cultura, e pela sociedade que transmite ideais nos quais os sujeitos constroem valores morais e sexuais. Quando essa

educação sexual é planejada e organizada com objetivos, métodos, didáticas próprias e linguagem adequada conforme a faixa etária, passa a ser a educação para sexualidade no âmbito escolar (REIS et al, 2014).

A educação para sexualidade no contexto escolar visa ouvir as crianças, oportunizando espaços de fala, problematizando as relações de poder decorrentes das diferenças sexuais, de gênero, sanando as suas curiosidades sobre a sexualidade humana, bem como questionando a utilização da infância como alvo e objeto de consumo, como nas diversas propagandas em que a criança é colocada como um corpo erotizado a ser consumido.

Além do mais a educação para sexualidade auxilia no conhecimento de seu corpo; na autoestima; no respeito e orientação das crianças sobre as expressões da sexualidade que surgem na infância; o esclarecimento de curiosidades sobre o tema; na reflexão sobre as questões de gênero, bem como educar para o respeito à diversidade; promover a autonomia e o empoderamento sobre o próprio corpo; a autoproteção e a prevenção da violência sexual infantil. Assim, a educação para sexualidade trata a criança como sujeito de direitos, começando pelo direito à informação de qualidade e direito ao próprio corpo.

Dessa maneira, com base nas manifestações e expressões diversas das crianças, no ambiente escolar, associadas à sexualidade, juntamente com a possibilidade de erotização infantil gerada pela mídia, a educação para sexualidade precisa ser de empoderamento, buscar gerar a autonomia da criança, promover a superação de preconceitos e padrões de comportamentos hierarquizados e estereotipados (REIS et al, 2014). E para que a educação para sexualidade seja realizada de forma produtiva é necessário que profissionais da educação possuam conhecimento sobre as temáticas sexualidade e erotização infantil, pois Virginia Georg Schindhelm (2011) aponta que:

As crianças trazem para a escola situações inusitadas nos mais diversos campos de conhecimento, incluindo aquelas relativas à sexualidade promovendo, nos educadores, sentimentos de desconhecimento e impotência no confronto e questionamento sobre essas vivências (SCHINDHELM, 2011, p. 41).

É preciso que esses profissionais estejam preparados e orientados, para que saibam como trabalhar com as crianças, assuntos relacionados à sexualidade e erotização infantil, pois eles também são responsáveis pela construção individual e social das subjetividades das crianças. O conhecimento na área fará com que os/as educadores/as dialoguem de maneira adequada sobre sexualidade e erotização infantil, mostrando que a mídia tem o intuito de estimular o consumo, e produz aparatos direcionados ao público infantil sem que seja

adequado para esta etapa. Visto que se a educação para sexualidade se der de forma imprópria trará consequências como afirma Schindhelm (2011, p. 44).

Ao receberem uma formação que trata o corpo como algo vergonhoso ou até mesmo pecaminoso, as crianças passam a ser não apenas portadoras, mas também propagadoras de um conjunto de princípios e opiniões calcados num pudor excessivo e inibidor de qualquer forma de expressão da sexualidade.

A sexualidade precisa ser percebida como construção social, histórica e política, pois:

falar de sexualidade na escola demanda um arcabouço teórico e humanista no tocante à temática, o que segue em direção à superação do senso comum como forma de conhecimento. Por isso, somente por meio de uma abordagem histórica e cultural acerca da construção da sexualidade do homem, pautada em um entendimento científico do desenvolvimento psicosssexual da criança, que se pode desenvolver um trabalho reflexivo de educação sexual na escola, que por seu turno também se proponha a analisar as manifestações da sexualidade infantil (REIS et al, 2014, p. 646).

A escola tem função determinante na formação da criança. A educação para sexualidade neste ambiente é demonstrada e deve ser entendida através de relações interpessoais como nas brincadeiras e nos jogos organizados pelo/a professor/a, ou pelas próprias crianças, nas contações de histórias infantis escolhidas e contadas, dentre outras ações.

5 Considerações Finais

A partir do que foi exposto, compreende-se que a mídia reflete e transmite a sexualidade de forma acentuada e deturpada, e esta ação é negativa ao desenvolvimento da infância, gerando a erotização dos corpos infantis. Com isso nota-se a importância da existência da área de conhecimento educação para sexualidade no ambiente escolar, educando para a sexualidade e conseqüentemente problematizando ações da mídia.

Ao se planejar a educação para sexualidade é necessário que se pense em uma educação voltada para o respeito à diversidade promovendo a superação de preconceitos. A temática da sexualidade deve ser tratada, na instituição escolar, de uma forma consciente e intencional, de acordo com as necessidades de cada etapa.

A pesquisa mostra que os/as profissionais de educação precisam estar abertos/as aos desafios, deixando de lado possíveis preconceitos e visões de mundo, distorcidas em relação à sexualidade, que estes/as possam planejar processos educativos que contribuam com as crianças na reflexão das informações transmitidas pela mídia. Faz-se necessário que os/as

professores/as estejam em constante formação se atualizando em relação à temática, lembrando que a formação também é pessoal e processual, mas urgente e necessária.

Presumo que este artigo colabora para que haja novas pesquisas na área, pois é um campo extenso e que não pôde ser completamente explorado e inteiramente concluído devido aos prazos. No entanto o estudo foi satisfatório para a análise da educação para a sexualidade como agente no combate a erotização de corpos infantis, para a edificação do conhecimento e para a fundamentação de conceitos. Assim, o estudo perdura com o intuito de ampliar a aprendizagem e superar incógnitas ainda presentes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Amanda Paulino. **Violência Contra Crianças e Adolescentes: Uma breve análise sobre a erotização infantil precoce.** (Trabalho apresentado ao Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito.) Santa Rita, PB. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16493/1/APA04102019.pdf>> Acesso em 26 de fev. de 2021.

AMARAL, Vera Lúcia. Sexualidade. **Psicologia da educação.** EDUFRN, 208 p. Natal, RN, 2007. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia_Educacao/Psi_Ed_A13_J_GR_20112007.pdf> Acessado em: 03 de jul. de 2021.

ARAÚJO, Letícia Veras, TEIXEIRA, Irenides. **Mídia e Infância: A Erotização do corpo Infantil.** CAOS - Congresso Acadêmico de Saberes em Psicologia, v. 1, 2016. Disponível em: <http://ulbra-to.br/caos/assets/download/2016/artigo_05.pdf> Acesso em 04 de nov de 2020.

ARIES, Phiiippe. **História Social da Criança e da Família.** Tradução de Dora Flaksman 2^o edição. Guanabara. Rio da Janeiro, 1981. Disponível em: <<http://files.grupo-educacional-vanguard8.webnode.com/200000024-07a9b08a40/Livro%20PHILIPPE-ARIES-Historia-social-da-crianca-e-da-familia.pdf>> Acesso em 10 de jan. de 2021.

BARBOSA, Hamilton Elias. **A Construção Histórica do Sentimento de Infância.** (Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Salgado de Oliveira como parte dos requisitos para conclusão de curso.) Universidade Salgado de Oliveira. Goiânia, 2007. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/monocrianca.pdf> Acessado em 13 de jan. de 2021.

BARROS, Ana Paula Oliveira. A Garota PIN-UP: Objetificação e Sexualização da Mulher na Contemporaneidade. VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade, Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Disponível em: <<https://seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/images/arquivo/335.pdf> > Acesso em 15 de abr. de 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em 22 de fev. de 2021.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 25 de jan. de 2021.

BREI, Vinicius Andrade; GARCIA, Luciana Burnett; STREHLAU, Suzane. A Influência do Marketing na Erotização Precoce Infantil Feminina. **Teoria e Prática em Administração**, v.1, n.1, p.97-116. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3975539>> Acesso em 31 de mar. de 2021.

BOLSON, Gabriela Bolson; RICHTER, Daniela Richter. **A Objetificação da Mulher e a Erotização Precoce de Crianças e Adolescentes Meninas, Análise da Paródia “ Vai Baranga de MC Melody”?** Disponível em: <<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/artic/e/view/10618> > Acesso em 19 de mar. de 2021.

CALDEIRA, Laura Bianca . O Conceito de Infância no Decorrer da História. Disponível em: <<https://btux.com.br/professorbruno/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/O-Conceito-de-Inf%C3%A2ncia-no-decorrer-da-inf%C3%A2ncia.pdf> > Acesso em 26 de dez. de 2020.

FELIPE, Jane, GUIZZO, Bianca Salazar. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo . **Pro-Posições**, v. 4, n. 3 (42) - set./dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643865>> Acesso em 25 de jan. de 2021.

FERREIRA, Taise dos Santos. **Sexualização Infantil: desafios na prática docente pedagógica no grupo 2.** (Trabalho de Conclusão de Curso) Faculdade de Educação da Bahia (FACED). Salvador, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19988> > Acesso em 14 de mai. de 2021.

FIGUEIREDO, Adriana de Oliveira Gonçalves; MELO, Ana Cláudia da Silava ; SILVA, Camila Vieira; et al. A Influência Televisiva como Desencadeadora da Erotização Infantil na Contemporaneidade (3-5 anos). **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia da Pontifca Universidade Católica de Minas Gerais**, v.1, n.2, p. 63-70. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://ws3.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20120819221313.pdf#page=54 > Acesso em 20 de abr. de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. Disponível em <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf> Acesso em 17 de mar. de 2021.

FRISON. Lourdes Maria Bragagnolo. Corpo, Gênero e Sexualidade na Educação Infantil. **Reflexão e Ação**, v.16, n.1. 2008. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/569>> Acesso em 29 de mai. de 2021.

GUIZZO, Bianca Salazar ; BECK, Dinah Quesada. Corpo, gênero, erotização e embelezamento na infância. **Textura**, n.24, jul./dez.2011. Disponível em <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/875/651>> Acesso em 11 de mai. de 2021.

HEICK, Angelica Cristina, FÁRIA, Paula Maria Ferreira. **História da Infância no Brasil**. Educere, XII Congresso Nacional de Educação. Paraná, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19131_8679.pdf> Acesso em 18 de dez. de 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, GL. **O Corpo Educado**. 2ª Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2000. p. 07-34. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/116719/mod_resource/content/1/LOUROGuacira-L.-O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf#page=4> Acesso em 15 de nov. de 2020.

MACEDO, Neusa Dias. **Iniciação à Pesquisa Bibliográfica: guia do estudante de fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2. Ed. Revista- São Paulo: edições Loyola, 1994. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=2z0A3cc6oUEC&oi=fnd&pg=PA7&dq=Inicia%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+Pesquisa+Bibliogr%C3%A1fica:+guia+do+estudante+de+fundamenta%C3%A7%C3%A3o+do+trabalho+de+pesquisa&ots=SD-k3gDvEJ&sig=xd7DB5K72jn40SlyCOB9jalSYm4#v=onepage&q=Inicia%C3%A7%C3%A3o%20Pesquisa%20Bibliogr%C3%A1fica%3A%20guia%20do%20estudante%20de%20fundamenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%20de%20pesquisa&f=false>> Acesso em 03 de fev. de 2021.

MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de Criança, Infância e Educação dos Professores de Educação Infantil**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco- UCDB. Campo Grande-MS, 2012. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/11459-janaina-nogueira-maia.pdf>> Acesso em 06 de jan. de 2021.

MARTINS, Kátia Batista. **A Vida Como Obra de Arte?!... processos educativos com foco nos brincades, nas sexualidades e nas relações de gênero em uma brinquedoteca no sul de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado profissional) Universidade Federal de Lavras- UFLA, 2015. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/41845367-Katia-batista-martins.html>> Acesso em 19 de abr. de 2021.

MENEZES, Sandra Maria Moreira. Adultização da Infância pela mídia: uma leitura sócio histórica. **Revista Psicologias**, v.2. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/psi/article/view/269>> Acesso em 20 de mar. de 2021.

MONTES, Aline Magalhães. A Sexualização de Meinas no Universo da Publicidade Infantil Brasileira. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) Dossiê Consumo e Vulnerabilidade: a proteção jurídica dos consumidores no século XXI**. v. 03, n. 1, Jan-Jun. 2017. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=A+Sexualiza%C3%A7%C3%A3o+de+Meinas+no+Universo+da+Publicidade+Infantil+Brasileira&btnG=>> Acesso em 26 de mai. de 2021.

NETTO, Carla Freitas Silveira; BREI, Vinícius Andrade; PEREIRA, Maria Tereza Flores. O Fim da Infância? As ações de marketing e a “adultização” do consumidor infantil. **Ram, Rev. Adm. Mackenzie**. v. 11, n. 5 p. 129-150. São Paulo, SP, set/out 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ram/a/snLZGH3RKdCcMhQ7STf9tFq/?lang=pt>> Acesso em 12 de jan. de 2021.

NUNES, Madianne; ARAÚJO, Nayara. A Exposição Infantil em Vídeos de Beleza: erotização da infância em favor do consumismo. **Temática**, Ano XII, n. 01. Abril/2016. NAMID/UFPB. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/28606/15269>> Acessado em: 01 de jul. de 2021.

OLIVEIRA, Romilda Sérgia. **O Corpo Feminino: erotização e objetificação**. Revista Serviço Social em Perspectiva, Edição Especial, Montes Claros, março de 2018. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Corpo+Feminino%3A+erotiza%C3%A7%C3%A3o+e+objetifica%C3%A7%C3%A3o&btnG=>> Acesso em 15 de abr. de 2021.

PATERNÓ, Keli Andréa Vargas. **A Invasão da Erotização do Adulto no Mundo Infantil: micropoderes na vida pública e privada**. (Programa de Pós- Graduação em Educação: Mestrado Área de Concentração: Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores). Maringá, 2011. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/dissertacoes/2011-Keli-Paterno.pdf>> Acesso em 16 de mar. de 2021.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de MeIo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/8QYbRZ9vZgdvYWmDVFmpV4C/?lang=pt>> Acesso em 08 de jan. de 2021.

REIS, Fernanda-Reis; MUZZETI, Luci Regina; LEÃO, Andreza Marques de Castro. Sexualidade e Infância: contribuições da educação sexual em face da erotização da criança em veículos midiáticos. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, v. 14, n. 3, set-dez 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124716>> Acesso em 21 de abr. de 2021.

ROSA, Ivana Martins; LIMA, Patrícia de Moraes. A Politização dos Discursos sobre a Infância em Cenário de Pedofilização sobre o Corpo. **Unisul, Tubarão**, v.9, n.15, p. 153 -

170, Jan/Jun 2015. Disponível em:

<<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/2691>> Acesso em 05 de jan. de 2021.

SALGADO, Raquel Gonçalves; SOUZA, Leonardo Lemos. Gêneros, Sexualidades e Infâncias: cenas de crianças na contramão da inocência. **childhood & philosophy**, rio de janeiro, v. 14, n. 29, jan.-abr. 2018, p. 241-258. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6249836>> Acesso em 22 de dez. de 2020.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginários e Culturas da Infância. Projeto POCTI/CED. 2002. Disponível em:

<http://www.titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf> Acesso em 26 de dez. de 2020.

SCHINDHELM, Virginia Georg. A Sexualidade na Educação Infantil. **RevistAleph**, n.16, dez. 2011. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=a+SEXUALIDADE+NA+EDUCA%C3%87%C3%83O+INFANTIL++++&btnG=>)

[BR&as_sdt=0%2C5&q=a+SEXUALIDADE+NA+EDUCA%C3%87%C3%83O+INFANTIL++++&btnG=>](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=a+SEXUALIDADE+NA+EDUCA%C3%87%C3%83O+INFANTIL++++&btnG=>) Acesso em 29 de mai. de 2021.

SENA, Andréa do Nascimento; MAIO, Eliane Rose . **Gênero, Sexualidade e Mídia: o que se aprende nos programas infantis?** II Simpósio Internacional de Educação Sexual, Gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares. Maringá, 2001. Disponível em:

<<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2011/185.pdf>> Acesso em 28 de dez. de 2020.

SOUZA, Luciana Karine. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Luciana-Souza-13/publication/335445062_Pesquisa_com_analise_qualitativa_de_dados_conhecendo_a_Analise_Tematica/links/5d666c4792851c70c4c3aacc/Pesquisa-com-analise-qualitativa-de-dados-conhecendo-a-Analise-Tematica.pdf> Acesso em: 13 de abr. de 2021.

VARELA, Cristina Monteggia ; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Educação para a sexualidade : a constituição de um campo conceitual. In: RIBEIRO Paula Regina Costa; MAGALHÃE Joanalira Corpes. **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p.11-24. Disponível em:

<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf> Acesso em 24 de mar. de 2020.

WALKERDINE, Valerie. A Cultura Popular e a Erotização das Garotinhas. **Educação e Realidade**, V.24, n.2, p. 75 a 88, jul./dez. 1999. Disponível em:

<<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/55390/33657>> Acesso em 08 de nov. de 2020.